

CRISTIANA FORTINI  
HELOÍSA HELENA ANTONACIO GODINHO  
FABRÍCIO MOTTA  
COORDENADORES

COMENTÁRIOS  
AOS ENUNCIADOS DO  
**IBDA**  
NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Prefácio  
Benjamin Zymler

Apresentação  
Domingos Taufner

FORUM

O livro traz os enunciados aprovados ao longo do processo de discussão, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, sobre a Lei 14.133/21.

As jornadas envolveram a participação do público em geral, que provocou as discussões, e mais de 100 juristas de todo o país e oriundos das mais diversas instituições: representantes do Ministério Público, da magistratura, dos Tribunais de Contas, da academia e da advocacia pública e privada.

Foram meses de discussão para que pudéssemos chegar aos 61 enunciados, que contribuem para a compreensão da Lei 14.133/21 e que são aqui comentados por parte dos juristas envolvidos na discussão.

Os enunciados são, portanto, uma fonte importantíssima de pesquisa e auxiliam a operação da referida lei.

Destacamos que o IBDA possui 50 anos de existência, reunindo a mais abalizada e reconhecida doutrina, fatores que lhe conferem credibilidade e consistência.

Cristiana Fortini  
Heloísa Helena Antonacio Godinho  
Fabrício Motta  
Coordenadores

Prefácio  
Benjamin Zymler

Apresentação  
Domingos Taufner

COMENTÁRIOS AOS  
ENUNCIADOS  
DO IBDA  
NOVA LEI DE LICITAÇÕES

**Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO

**Áreas afins do livro**

DIREITO ADMINISTRATIVO;  
LICITAÇÕES E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS;  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;  
GESTÃO PÚBLICA; CONTROLE  
E FISCALIZAÇÃO DA  
ADMINISTRAÇÃO; DIREITO  
PÚBLICO; COMPLIANCE E  
GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO.

**Palavras-chave**

NOVA LEI DE LICITAÇÕES; LEI  
14.133/21; CONTRATAÇÕES PÚBLICAS  
ENUNCIADOS IBDA; DIREITO  
ADMINISTRATIVO; INTERPRETAÇÃO  
NORMATIVA JORNADAS DE  
DIREITO ADMINISTRATIVO;  
COMPRAS PÚBLICAS; REGIME  
JURÍDICO-ADMINISTRATIVO.

FORMATO: 14,5 x 21,5cm  
CÓDIGO: 4184

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C732            Comentários aos Enunciados do IBDA – Nova Lei de Licitações /  
Cristiana Fortini, Heloísa Helena Antonacio Godinho, Fabrício Motta  
(coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

332 p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0944-3

ISBN digital 978-85-450-0940-5

1. Nova lei de licitações. 2. Lei 14.133/21. 3. Contratações públicas.  
4. Enunciados IBDA. 5. Direito administrativo. I. Fortini, Cristiana. II.  
Godinho, Heloísa Helena Antonacio. III. Motta, Fabrício. IV. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FORTINI, Cristiana; GODINHO, Heloísa Helena Antonacio; MOTTA, Fabrício (coord.). *Comentários aos Enunciados do IBDA – Nova Lei de Licitações*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 332 p. ISBN 978-85-450-0944-3.

## SUMÁRIO

---

### PREFÁCIO

Benjamin Zymler .....	11
-----------------------	----

### APRESENTAÇÃO

Domingos Augusto Taufner.....	13
-------------------------------	----

### ENUNCIADOS DO IBDA APROVADOS

E COMENTADOS NESTE LIVRO .....	17
--------------------------------	----

### COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 1.....

27
----

1 Introdução .....	27
--------------------	----

2 Aplicação da CISG a compras governamentais.....	28
---	----

3 Compatibilidade entre a CISG e a Lei de Licitações.....	30
---	----

4 Possíveis vantagens decorrentes da aplicação da CISG a contratos administrativos .....	30
---	----

5 Conclusão .....	31
-------------------	----

### COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 2.....

33
----

### COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 3.....

37
----

### COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 4.....

41
----

### COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 5.....

45
----

### COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 6.....

49
----

Referências .....	52
-------------------	----

### COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 7.....

53
----

### COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 8.....

57
----

1 Introdução .....	57
--------------------	----

2 Quem é o agente de contratação e o pregoeiro? .....	58
---	----

3 O agente de contratação deve ter vínculo permanente? .....	58
--	----

4 Conclusão .....	61
-------------------	----

Referências .....	62
-------------------	----

COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 9.....	63
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 10.....	67
Referências.....	70
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 11.....	73
Referências.....	75
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 12.....	77
Referências.....	80
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 13.....	81
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 14.....	85
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 15.....	89
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 16.....	93
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 17.....	97
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 18.....	101
Referências.....	104
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 19.....	105
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 20.....	109
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 21.....	115
Referências.....	117
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 22.....	119
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 23.....	125
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 24.....	129
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 25.....	131
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 26.....	135
1 Introdução.....	135

2	O Enunciado 26 e sua origem técnica .....	136
3	O Art. 75 e a regra do §1º: limites objetivos.....	137
4	O Conceito Jurídico de Exercício Financeiro .....	138
5	Atualização dos Limites: Decreto n. 12.343/2024 .....	139
5.1	Principais Atualizações nos Valores para Dispensa de Licitação (Art. 75, Incisos I e II).....	139
5.2	A Interpretação do TCU e a Previsão Orçamentária Anual.....	140
6	Compatibilidade com Contratos Contínuos .....	141
7	A LINDB e o Planejamento como Eixo de Controle .....	142
8	Jurisprudência do TCU e Enunciados Correlatos .....	143
9	Conclusão .....	144
	Referências .....	145
	COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 27 .....	147
	Referências .....	149
	COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 28.....	151
1	A excepcionalidade da formalização posterior .....	152
2	Requisitos para a excepcionalidade .....	153
3	Controvérsias e riscos.....	153
4	Conclusão .....	154
	COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 29.....	155
1	A natureza do credenciamento e sua finalidade.....	155
2	A segurança jurídica e a flexibilidade administrativa .....	156
3	A eficiência administrativa e a redução de custos.....	156
4	A conformidade com a legislação e as boas práticas de contratação .	157
5	Conclusão .....	157
	COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 30.....	159
	Referências .....	162
	COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 31 .....	163
	COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 32.....	167
	Referências .....	169
	COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 33.....	171
	COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 34.....	175

COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 35.....	179
1 Introdução .....	179
2 O Credenciamento na Lei n. 14.133/2021.....	180
3 A Adesão ao Credenciamento: Possibilidade e Analogia com o Registro de Preços.....	180
4 Principais Aspectos Jurídicos da Adesão ao Credenciamento .....	181
5 Os Princípios da Administração Pública e a Adesão ao Credenciamento .....	182
6 Conclusão .....	182
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 36.....	185
Referências .....	187
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 37.....	189
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 38.....	195
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 39.....	197
Referências .....	201
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 40.....	203
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 41 .....	207
Referências .....	210
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 42.....	213
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 43.....	217
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 44.....	221
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 45.....	225
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 46.....	231
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 47.....	235
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 48.....	237
1 O sistema de nulidades estabelecido pela lei de licitações e contratos administrativos — exigência de procedimento, direito dos administrados, controle e notas acerca da discricionariedade .....	237

2	O Direito Administrativo e a indenização por danos provocados, pela Administração, a terceiros — Alcance das perdas e danos, e a perda de uma chance.....	239
3	Conclusões .....	242
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 49.....		243
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 50.....		249
1	Introdução .....	249
2	Matérias abrangidas pelo parágrafo único do art. 151 da Lei de Licitações .....	250
3	Arbitrabilidade objetiva e o critério de direito patrimonial disponível.....	251
4	Mediação e o parágrafo único do art. 151 da Lei de Licitações.....	251
5	Conclusão .....	252
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 51 .....		253
1	Introdução .....	253
2	Estímulo aos métodos adequados de resolução de disputas como política pública .....	254
3	Métodos adequados de resolução de disputas na Lei de Licitações .....	255
3.1	Arbitragem .....	255
3.2	Mediação.....	256
3.3	Comitês de resolução de disputas .....	256
4	Conclusão .....	257
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 52.....		259
Referências .....		262
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 53.....		263
1	Introdução .....	263
2	O princípio do non bis in idem .....	264
3	Análise do artigo 159 da Lei 14.133/2021: processamento conjunto e os limites do poder punitivo estatal .....	265
3.1	A lógica do processamento conjunto .....	265
3.2	O REsp 2.107.398-RJ e a consolidação jurisprudencial.....	266
4	O artigo 5º da Lei n. 12.846/2013: tipificação de infrações e os limites da responsabilização cumulativa .....	267
4.1	Natureza das sanções e sua compatibilidade com outras esferas .....	267
4.2	A centralidade da função das sanções.....	268
4.3	Implicações para a Administração Pública.....	269
5	Conclusão .....	269

COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 54.....	271
1 O contexto do Enunciado n. 54: a ideia de reabilitação como recuperação de confiabilidade pelo interessado .....	271
2 A reabilitação como uma medida voluntária de autossaneamento...	272
3 Os requisitos para a reabilitação.....	273
4 O decurso de prazo mínimo de aplicação da sanção para que haja a reabilitação do interessado e o entendimento consagrado no Enunciado n. 54.....	274
5 Encerramento.....	276
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 55.....	277
Referências.....	280
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 56.....	281
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 57.....	287
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 58.....	291
1 Introdução .....	291
2 O planejamento do controle e o art. 170 da Lei n. 14.133/2021.....	293
3 O Enunciado n. 58 aprovado pelas Jornadas do IBDA .....	295
Referências.....	297
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 59.....	299
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 60.....	307
1 Introdução .....	307
2 A Importância da Representação aos Tribunais de Contas.....	308
3 Conclusão .....	311
COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO N. 61 .....	313
SOBRE OS AUTORES .....	317

**Adriana da Costa Ricardo Schier**

Doutora e Mestre em Direito Público pela UFPR. Professora da Graduação e do PPGD do Centro Universitário do Brasil – UNIBRASIL. Presidente do IPDA

**Adrienne Ferreira de Souza Nascimento**

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

**Alexandre H. Moretti Cammarosano Kopczynski**

Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Coordenador da Escola Superior da Advocacia (ESA) – Núcleo Santo André. Professor em cursos de pós-graduação *lato sensu*. Advogado.

**André Villani**

Mestre em Direito e Administração Pública na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bacharel em Direito pela faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Advogado.

**Amanda Guiomarino**

Servidora Pública. Analista Ministerial – Bacharel em Direito, do Ministério Público do Estado do Pará. Graduada em Direito e Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública. Presidenta da Comissão de Licitação e Contratos do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Pará (IDAPAR). Palestrante e conteudista.

**Anderson Sant’ana Pedra**

Advogado, Consultor e Parecerista (Anderson Pedra Advogados). Procurador do Estado do Espírito Santo. Pós-doutor em Direito (Universidade de Coimbra). Doutor em Direito do Estado (PUC-SP). Professor de Direito Constitucional e Administrativo da FDV-ES. Autor e Palestrante. Contato: <http://andersonpedra.adv.br>; @andersonspedra.

**André Saddy**

Pós-Doutor pela University of Oxford. Doutor pela Universidad Complutense de Madrid. Mestre pela Universidade de Lisboa. Pós-graduado pela Universidade de Coimbra. Professor de direito administrativo da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Rio de Janeiro (IDARJ). Presidente Honorífico do Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ). Sócio-fundador do escritório Saddy Advogados.

**Antônio Flávio de Oliveira**

Mestre em Direito e Políticas Públicas (UFG). Ex-Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás. Ex-Procurador-Geral do Município de Goiânia. Procurador do estado de Goiás. Professor universitário na Universo (graduação) e no JURIS, IDP e IPOG (pós-graduação). Árbitro na Cames. Professor em cursos preparatórios para carreiras jurídicas. Membro do Instituto de Direito Administrativo de Goiás (IDAG). Autor de obras jurídicas. Palestrante.

**Ariane Sherman**

Doutora, mestra e bacharela em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora e pesquisadora na área do Direito Administrativo. Assessora de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Associada do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Advogada.

**Caio Mário Lana Cavalcanti**

Advogado do Pires Fortini Advogados. Advogado Público do Município de Itabirito. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Direito Administrativo (tendo recebido o Prêmio de Direito Administrativo Professor Júlio César dos Santos Esteves), em Direito Tributário e em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Especialista em Direito Tributário, em Ciências Criminais, em Direito Urbanístico e Ambiental e em Direito Constitucional pela Universidade Cândido Mendes (UCAM).

### **Carin Prediger**

Mestre em Teoria do Estado e do Direito (UFRGS). MBA em Sustentabilidade, Economia Circular, Administração e Negócios (PUC-RS). Pós Graduada em Derecho Administrativo e Globalización Económica (UCLM, Espanha). Advogada. Professora. Ex-Procuradora Municipal de Porto Alegre.

### **Carlos Nitão**

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Instituto Paraibano de Direito Administrativo. Procurador Federal da Advocacia-Geral da União. Pesquisa sobre a LINDB e contratações públicas.

### **Cesar Pereira**

Sócio sênior em Justen, Pereira, Oliveira & Talamini Advogados (São Paulo, Brasil). Chartered Arbitrator (C.Arb) e Fellow do Chartered Institute of Arbitrators (FCiarb). Doutor em Direito Administrativo (PUC-SP).

### **Christianne de Carvalho Stroppa**

Professora Doutora e Mestre pela PUC-SP. Especialista em Auditoria e Inovação no Setor Público. Ex-Assessora de Gabinete no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Advogada e consultora em Licitações e Contratos Administrativos. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), do Instituto de Direito Administrativo Paulista (IDAP), do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), do Instituto Nacional de Contratação Pública (INCP), do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN) e da Rede Governança Brasil - RGV. Professora convidada das pós-graduações em licitações e contratos.

### **Cristiana Fortini**

Advogada. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Vice-Presidente Jurídica da Cemig. Doutora em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Graduação, do Mestrado e do Doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Mestrado da Faculdade Milton Campos. Foi professora Visitante da Università di Pisa. Foi *Visiting Scholar* pela George Washington University. Especialista em Mediação, Conciliação e Arbitragem pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático (IDDE). Representante do Estado de Minas Gerais no Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (IBEJI).

### **Cristiane P. de Souza Camargos**

Chefe da Consultoria Jurídica do TCE-ES. Especialista em Direito Tributário e Regime Próprio de Previdência Social, atua com foco em licitações, controle externo e direitos de servidores.

### **Daniel de Andrade Oliveira Barral**

Procurador Federal. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Mestre em Direito Público pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera.

### **Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim**

Chefe da Divisão de Auditoria de Licitações e Contratos – Secretaria de Controle Interno na AGU. Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP). Presidente da Comissão de Diversidade Racial do IBDA. Advogada, professora e palestrante com pós-graduação e mestrado em Direito Público.

### **Dayana Alves Guimarães**

Mestranda em Direito Administrativo (UFMG). Pós-graduada em Direito Administrativo (UFMG). Pós-graduada em Direito Processual (PUC Minas). Graduada em Direito (UFMG). Analista Legislativo (ALMG). E-mail: dayana.guimaraes@hotmail.com.

### **Domilson Rabelo da Silva Júnior**

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (2005). Pós-graduação em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Goiás (2008). Pós-graduação em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes (2008). Atualmente é Defensor Público do Estado de Goiás - Defensoria Pública do Estado de Goiás. Diretor da ESDP.

### **Edgar Guimarães**

Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professor em cursos de Pós-graduação. 2º Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Árbitro da Câmara de Arbitragem e Mediação da FIEP-PR.

### **Eduardo Grossi Franco Neto**

Procurador do Estado de Minas Gerais. Mestre em Direito Administrativo (UFMG). Professor do MBA da PUC Minas.

**Eliani Carmo Mariano**

Servidora do TCE-ES. Chefe de Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner.

**Fabio Santos**

Professor permanente do PPGD da Faculdade Católica de Rondônia e Procurador do Estado de Rondônia. Doutor em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Vice Presidente do Instituto Rondoniense de Direito Administrativo.

**Fábio Lins de Lessa Carvalho**

Doutor em Direito Administrativo pela Universidad de Salamanca (Espanha). Mestre em Direito Público (UFPE). Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário Cesmac. Procurador do Estado de Alagoas. Advogado.

**Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel**

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela UFMG.

**Felipe Boselli**

Doutor (UFSC). Sócio da Boselli Advogados Associados e Professor da Boselli Licitações.

**Felipe Dalenogare Alves**

Pós-doutor em Direito pela Università di Bologna. Doutor e Mestre em Direito pela UNISC. Membro da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa – Chefe de Divisão na Coordenação Geral Jurídica de Licitação. Professor de Direito Administrativo, autor e palestrante.

**Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli**

Doutora em Direito Administrativo pela PUC-SP. Mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP. Advogada.

**Flavia Holz Meirelles Pereira**

Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialização em Direito Administrativo pela Pontifícia Católica de Minas Gerais (Puc Minas) e em Gestão de Negócios da Construção Civil pela Faculdade do Centro Leste (UCL). Graduada em Engenharia Civil pela UFES e em Ciências Políticas pelo Centro Universitário Internacional Uniter. Auditora de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES).

**Flávio Garcia Cabral**

Pós-Doutor pela PUC-PR. Especialista e Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP. Procurador da Fazenda Nacional. Coordenador-Geral de Contratação Pública da PGFN.

**Florivaldo Dutra de Araújo**

Professor de Direito Administrativo na UFMG. Procurador da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

**Francisco Taveira Neto**

Advogado. Sócio da Taveira Neto Sociedade de Advogados. Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1998). É especialista em Direito Administrativo Contemporâneo pelo IDAG. Foi Presidente do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO, Foi Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Goiás – IDAG.

**Gabriela Verona Pércio**

Advogada e Consultora em Licitações e Contratos, Mestre em Gestão de Políticas Públicas, Vice-Presidente do Instituto Nacional da Contratação Pública, autora da obra Contratos Administrativos – Manual para Gestores e Fiscais, de acordo com a Lei 14.133/2022, 4a. ed. rev., atual. e ampl., 2025, Ed. Forum.

**Guilherme Nunes**

Advogado. Auditor de Controle Externo do TCEES. Mestre em Governança Pública. MBA em Direito da Economia e da Empresa. Professor e palestrante da Escola de Contas do TCEES. Professor e palestrante do Instituto Latino-Americano de Governança e Compliance Público (IGCP). Professor e palestrante na área de Licitações, Contratos Administrativos e Governança Pública.

**Gustavo Henrique de Faria**

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Mestre em Administração Pública (UFG), Bacharel em Direito (UFG) e Bacharel em Ciências Contábeis (UFU).

**Heloísa Helena Antonacio M. Godinho**

Conselheira Substituta do TCE/GO. Mestre em Administração Pública pelo IDP. Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Goiás – IDAG.

**Heloyza Simonetti Teixeira**

Procuradora do Estado do Amazonas. Doutora em Direito Constitucional pela UNIFOR.

**Isabella Brito**

Mestre em Administração Pública (IDP), especialista em Gestão Pública e Gestão de Projetos (IBMEC) e certificada ISO 31000 Risk Management Professional. Servidora de carreira do TJDFT, atua como Secretária de Contratações e Gestão de Materiais. Professora e instrutora em cursos voltados à Administração Pública.

**Ismar Viana**

Doutorando em Direito Administrativo (PUC-SP). Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN), do Grupo de Pesquisa Direito e Combate à Corrupção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Grupo de Pesquisa Constitucionalismo, Cidadania e Concretização de Políticas Públicas da Universidade Federal de Sergipe. Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Professor. Advogado.

**Jane Nascimento Costa Pinheiro**

Advogada. Atualmente é Secretária Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES). Graduada e Licenciada em História pela UFES e em Direito pela FAESA.

**João Paulo Forni**

Doutorando em Direito pela UFMG. Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Ceub). Especialista em Direito Público pela PUC-RS. Auditor Federal de Controle Externo no TCU. Advogado e administrador.

**Larissa Miranda**

Especialista em Ciências Criminais pela Faculdade de Direito de Vitória. Advogada. Chefe de Gabinete de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

**Karina Houat Harb**

Mestre e Doutora em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora de Pós-Graduação em Direito Administrativo da PUC-SP e da Escola de Gestão e Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Membro fundadora e Diretora Adjunta do Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN). Membro do Instituto de Direito Administrativo Paulista (IDAP). Presidente da Comissão de Estudos sobre Licitações do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Assessora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Advogada.

**Lindineide Oliveira Cardoso**

Servidora pública federal e professora de Direito Administrativo, com atuação especializada em Licitações e Contratos. Mestranda em Direito Público e especialista em Direito Processual Civil e em Licitações e Contratos, possui habilitação para o Magistério Superior. Autora do livro Contratos Administrativos na Nova Lei de Licitações – Teoria e Prática (Juspodivm, 2025). É membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas (IDAA) e ministra aulas em programas de pós-graduação e cursos de capacitação para servidores públicos em todo o Brasil.

**Luana Carvalho**

Docente no curso de MBA em Governança das Contratações. Docente do curso de pós-graduação: no IDP Brasília. Docente no curso de pós-graduação na Polis Civitas – PR. Professora Universitária. Servidora Pública do Judiciário Federal: Assessora Jurídica, Assessora Socioambiental, Auditoria Interna na área de Licitações e Contratos e realizou inspeções pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

**Luciano Elias Reis**

Doutor em Direito Administrativo pela Universitat Rovira i Virgili – Espanha. Doutor e Mestre em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor de Direito Administrativo do UNICURITIBA. Diretor do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Presidente do Instituto Nacional de Contratações Públicas. Autor de livros e artigos. Sócio do Reis & Lippmann Advogados Associados. E-mail: lucianoereis@yahoo.com.br ou luciano@rllaw.com.br.

**Luciano Ferraz**

Sócio principal em Luciano Ferraz Advogados (Belo Horizonte). Professor Titular de Direito Administrativo na UFMG. Pós-doutorado em Direito pela Nova Lisboa. Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Árbitro.

**Luizmar Martins Arruda Júnior**

Advogado e Assessor no Tribunal de Contas do Estado de Goiás. LL.M - Master of Laws em direito Empresarial (FGV Direito Rio) Extensão Internacional em Finanças para Executivos (Indiana State University – iSU). *Compliance* e Governança no Setor Público pelo Insper.

**Madeline Rocha Furtado**

Servidora pública federal, professora e palestrante. Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa.

**Marcela Jabôr**

Assessora de Relações Intragovernamentais da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Professora dos cursos de Pós-Graduação da Puc Minas e da Fundação João Pinheiro. Coordenadora de Cursos de Curta Duração e Desenvolvimento Profissional na Puc Minas.

**Marcelo Harger**

Advogado. Mestre e doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Autor de diversos livros e artigos jurídicos.

**Marcílio Barenco Corrêa de Mello**

Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal do Estado de Minas Gerais em Direito Administrativo. Doutor em Ciências Jurídicas Públicas pela Universidade do Minho. Mestre em Fundamentos Constitucionais em Direitos. Pós-graduado em Direito Processual. Bacharel em Direito. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais. Presidente da Associação Nacional dos Ministérios Públicos de Contas do Brasil.

**Márcio Cammarosano**

Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP. Professor de Direito Administrativo Graduação e Pós-Graduação da PUC-SP. Presidente do Instituto CEDDE. Ex-Presidente do IBDA e do IBDM. Advogado, parecerista e árbitro.

**Marcus Vinicius Reis de Alcântara**

Contador. Servidor Público Federal. Membro Fundador do INCP.

**Maria Fernanda Veloso Pires**

Mestre em Direito Administrativo pela UFMG; Doutora em Direito Público pela PUCMINAS; professora da pós graduação da PUCMINAS, sócia da Pires, Fortini Advogados; Conselheira da Seccional Mineira da OAB.

**Mariana Avelar**

Mestre e Doutoranda em Direito e Administração Pública pela UFMG. Especialista em Gestão e Finanças pela Fundação Dom Cabral. Professora da pós-graduação da ESA OAB, do MBA de Licitações e Contratos, bem como de cursos in-company voltados às estatais pelo IPOG e do MBA de Infraestrutura, Concessões e PPPs da PUC Minas.

**Mariana Bueno**

Mestra em Direito e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduada em Finanças Públicas pela Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo. Assessora de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). Professora.

**Marilene C. Matos**

Advogada, Doutora e Mestre em Direito Público, Professora Universitária, Diretora de Comunicação da Alumni Direito UnB.

**Michelle Marry Marques da Silva**

Advogada da União. Coordenadora-Geral de Orientação e Diretora substituta no Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria-Geral da União – DECOR/AGU. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP. Professora de cursos e pós-graduações e Palestrante. Membro do Instituto de Direito Administrativo do Distrito Federal - IDADF e do Instituto Nacional da Contratação Pública-INCP. Coordenadora da Câmara Nacional de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União - CGU/AGU e membro da Câmara Nacional de Convênios e Instrumentos Congêneres da CGU/AGU.

**Murilo Melo Vale**

Mestre e Doutor em Direito Administrativo pela UFMG. Advogado e Professor de Direito Administrativo.

**Odilon Cavallari de Oliveira**

Doutor em Direito pelo Ceub. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP. Professor e Coordenador da Linha 1 do Mestrado do ISC/TCU. Auditor e Assessor de Ministro do TCU. Advogado.

**Olival Rodrigues Gonçalves Filho**

Mestre em Direito e Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Procurador do Estado de Rondônia. Membro titular do Fórum Nacional das Procuradorias Consultivas das Procuradorias Gerais dos Estados e do DF (FONACON), representando a Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia. Membro do Instituto Rondoniense de Direito Administrativo (IRDA). Diretor da Procuradoria Setorial junto ao Ministério Público (PGE/MP).

**Paola de Andrade Porto**

Doutora e Mestre em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Direito pelo Centro Universitário Plínio Leite (UNIPLI). Professora Universitária de graduação e pós-graduação das Universidades Estácio e Unigranrio. Membro do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direito Administrativo Contemporâneo (GDAC), do Instituto de Direito Administrativo do Rio de Janeiro (IDARJ). Sócia-fundadora do Instituto Gilvan Hansen, eleita como Diretora-Secretária. Advogada; área de Direito Administrativo.

**Paulo Henrique Resende Marques**

Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV. Advogado.

**Pedro Costa França**

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

**Philippe Magalhães Bezerra**

Doutorando em Direito e Economia (Universidade de Lisboa) com estágio de pesquisa na Universidade de Paris V, Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (UECE), Especialista em Direito Público (UNB). Procurador Federal, Chefe-Adjunto da Procuradoria da UFC. Professor e conferencista na área da contratação pública.

**Priscilla Vieira**

Advogada especializada em contratações públicas. Master in Business Administration em Direito e Processo do Trabalho da Fundação Getúlio Vargas. Professora de pós-graduação em Licitações e Contratos do Instituto Navigare, do Grupo CERS- Faculdade Renato Saraiva e UNEED. Palestrante, autora de livros e Ministrante de Cursos na área de Licitações.

**Rafael Amorim de Amorim**

Advogado e professor de Direito Administrativo. Consultor legislativo da Câmara dos Deputados – área Direito Administrativo e Administração Pública. Autor de livros e artigos jurídicos.

**Rafael Galvão**

Doutor em Economia pela UFMG. Economista. Bacharel em Direito. Contador. Auditor de Controle Externo do TCE-SC.

**Rafael Ramos**

Mestre em Direito Público pela PUC-RS. Presidente da Comissão de Estudos sobre a LINDB do IBDA. Diretor-geral da Fundação Escola Superior de Direito Municipal. Procurador do Município de Porto Alegre.

**Rafael Wallbach Schwind**

Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Visiting scholar na Universidade de Nottingham (2016). Fellow do Chartered Institute of Arbitrators. Advogado.

**Raquel Carvalho Melo**

Procuradora do Estado de Minas Gerais. Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG. Professora de Direito Administrativo.

**Renata Costa Rainho**

Mestre e Doutora em Direito Administrativo pela UFMG. Advogada e Professora de Direito Administrativo.

**Ricardo Agra Villarim**

Mestrando em Direito Administrativo pela UFMG.

### **Ricardo Sampaio**

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. LL.M em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Coautor da obra Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021 (Forense, 2022). Colaborador da obra Lei de licitações e contratos anotada (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.

### **Ricardo Schneider Rodrigues**

Pós-Doutorando em Controle Externo e Novas Tecnologias (USP). Doutor em Direito (PUC-RS). Mestre em Direito Público (UFAL). Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas (IDAA). Professor de Direito Administrativo e do PPGD (Mestrado) do Centro Universitário Cesmac. Procurador do Ministério Público de Contas de Alagoas. E-mail: prof.ricardo.schneider@gmail.com.

### **Rita Tourinho**

Promotora de justiça e coordenadora do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Estado da Bahia (CAOPAM). Professora adjunta de Direito Administrativo da UFBA. Mestre em Direito Público pela UFPE. Doutora em Direito Público pela UFBA.

### **Rodrigo Melo do Nascimento**

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, oriundo da carreira de Conselheiro-Substituto. Corregedor-Geral do TCE-RJ. Ex-Presidente do TCE-RJ nos biênios 2021-2022 e 2023-2024. Atuou como Auditor de Controle Externo no TCU e no TCM-RJ. Mestrando em Direito da Regulação pela FGV Direito Rio. Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

### **Rodrigo Santos Neves**

Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória-ES. Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Candido Mendes-RJ. Professor Titular de Direito Público da Faculdade Municipal de Linhares-ES. Membro associado efetivo da Academia Brasileira de Direito Civil. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB-ES. Procurador Municipal. E-mail: profrsneves@gmail.com.

### **Ronny Charles L. de Torres**

Advogado. Consultor Jurídico. Parecerista. Doutor em Direito do Estado. Mestre em Direito Econômico. Pós-graduado em Direito tributário. Pós-graduado em Ciências Jurídicas. Coordenador da pós-graduação em Licitações e contratos, da Faculdade Baiana de Direito. Professor do Centro de Ensino Renato Saraiva (CERS).

### **Rúbia Cássia Rodrigues**

Assessor de Gabinete no Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Advogada. Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Processo de Contas e Auditoria Financeira pela Universidade Cândido Mendes.

### **Sabrina Nunes Iocken**

Pós-Doutora em Direito pela USP. Bacharel em Direito. Conselheira Substituta do TCE-SC.

### **Sarah Campos**

Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Portugal. Integrante da Rede Internacional de Justiça Aberta (RIJA) e da Rede Acadêmica de Governo Aberto Internacional (RAGA). Advogada, ocupante do cargo público de Procuradora-Geral do Município de Contagem-MG.

### **Sérgio João Ferreira Lievore**

Advogado, historiador e auditor de controle externo no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

### **Tatiana Camarão**

Mestre em Direito Administrativo pela UFMG, Diretora de Relações Institucionais do Instituto Mineiro de Direito Administrativo – IMDA, Professora da Pós Graduação PUC/MG, Coordenadora e Professora da LEC – Legal Etichs Compliance.

### **Thaís Eduarda Freire**

Advogada na área de Infraestrutura, Direito Público e Regulatório no Madrona Advogados, mestranda em Direito Administrativo pela UFMG, especialista em Direito Administrativo pela PUC Minas e graduada em Direito pela UFMG.

**Thais Marçal**

Coordenadora da Pós-Graduação Lato Sensu da FGV Direito RIO. Doutoranda, Mestre e bacharel em Direito pela UERJ. Árbitra no Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) e na Câmara de Arbitragem e Mediação Especializada (CAMES SP).

**Thiago Viola Pereira da Silva**

Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais (Faculdade de Direito de Vitória) e Procurador Municipal de Vila Velha – ES.

**Thiago Zagatto**

Mestre em Administração com ênfase em Finanças. Contador de formação e paixão. professor nas áreas de Licitações e Contratos, Terceirização, Governança, Gestão de Riscos e Desenvolvimento Organizacional.

**Vanessa Cerqueira Reis**

Doutoranda em Direito Financeiro e Econômico Global – Universidade de Lisboa. Mestre em Direito da Administração Pública – Universidade Gama Filho (2002). Bacharel em Direito – Universidade Federal Fluminense (UFF).

**Virgínia Bracarense Lopes**

Especialista em Direito Público e em Liderança e Gestão Pública. Bacharel em Direito e em Administração Pública. Coordenadora de livro, autora de artigos, professora. Membro do Instituto Nacional de Contratações Públicas e da Rede de Líderes MLG.

**Virginia Kirchmeyer Vieira**

Mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Advogada. Especialista em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral. Superintendente Jurídica de Governança Corporativa da CEMIG. Conselheira Deliberativa da FORLUZ. Membro da Comissão de Estudos sobre Empresas Estatais do IBDA.

**Vivian Cristina Lima López Valle**

Pós Doutora pela Universidade Rovira i Virgili – Tarragona/Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra/Portugal. Professora Titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Professora Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado da PUCPR.

**Yara Pena Godoy**

Graduada em Direito pela UFMG.